



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA REFLEXÃO A RESPEITO DA AUSÊNCIA DE DADOS E A INVISIBILIDADE INSTITUCIONAL

Leonardo Chiamolera Daudt

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da
Fronteira Sul (UFFS) e bolsista do CAPES

1. Introdução

Nas últimas décadas, o fenômeno da população em situação de rua tem ganhado destaque nos debates acadêmicos e nas agendas de políticas públicas, especialmente diante do crescimento expressivo desse grupo social nos centros urbanos brasileiros. A condição de vida nas ruas, marcada pela extrema vulnerabilidade, ausência de moradia, insegurança alimentar e restrito acesso a serviços públicos, representa uma das expressões mais agudas das desigualdades sociais no país. No entanto, apesar da gravidade do problema, a produção de dados sistemáticos e atualizados sobre essa população ainda é insuficiente, o que dificulta o planejamento e a implementação de políticas públicas eficazes.

A problemática que se impõe, portanto, refere-se à invisibilidade institucional a que essa população está submetida, evidenciada tanto na ausência de estatísticas oficiais consolidadas quanto na baixa inserção nos principais instrumentos de gestão das políticas sociais, como o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Tal ausência de informações sistematizadas compromete a formulação de estratégias adequadas de enfrentamento da questão e contribui para a perpetuação da marginalização dessa parcela da sociedade.

Justifica-se, assim, a necessidade de aprofundar a análise sobre os limites e potencialidades dos instrumentos de registro e monitoramento da população em situação de rua, sobretudo no que se refere ao papel do CadÚnico como ferramenta central na produção de dados e na garantia de direitos. Trata-se de um campo de investigação de elevada relevância social, uma vez que a efetivação de políticas públicas voltadas à promoção da cidadania e da dignidade humana depende, entre outros fatores, da



visibilização estatística e institucional desses sujeitos.

Este trabalho integra o desenvolvimento da dissertação de mestrado em Geografia, construída no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), sob orientação do Prof. Dr. Igor Catalão. Tem como objetivo discutir a invisibilidade institucional da população em situação de rua no Brasil, analisando os principais mecanismos de produção de dados sobre esse grupo e evidenciando os desafios enfrentados para sua inclusão nos sistemas de proteção social. A partir da análise de estudos recentes e de dados secundários, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre a construção de políticas públicas mais justas e efetivas, capazes de assegurar à cidadania plena para todos.

2. Metodologia

Este trabalho insere-se no campo da pesquisa qualitativa, com enfoque analítico-descritivo, voltado à compreensão das dinâmicas institucionais que moldam a produção de invisibilidades sociais em relação à população em situação de rua no Brasil. A investigação foi conduzida por meio de revisão bibliográfica e análise documental, buscando articular dados empíricos e referenciais teóricos que subsidiam a compreensão crítica do tema.

A revisão bibliográfica contemplou autores que discutem as políticas públicas de assistência social, a produção do espaço urbano e os direitos sociais, com destaque para os trabalhos de Natalino (2016; 2023), Quiroga da Cunha e Rodrigues (2009) e Dias (2021), além de documentos oficiais emitidos por órgãos governamentais, como o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

A análise documental concentrou-se na leitura de relatórios técnicos e bases de dados secundários, como o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e o Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo Suas), a fim de identificar os padrões de registro, cobertura e lacunas na produção de informações sobre a população em situação de rua. Os dados foram interpretados à luz da literatura crítica sobre exclusão social e direito à cidade, permitindo a identificação de entraves institucionais e



das consequências da subnotificação para o acesso a direitos fundamentais.

3. Resultados e discussão

A investigação sobre a população em situação de rua no Brasil constitui um desafio, sobretudo pela escassez de dados sistematizados em âmbito nacional. Embora sua contagem esteja prevista na Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNSR), nem o censo demográfico nem as contagens populacionais periódicas contemplam esse grupo (Natalino, 2023), o que reforça sua invisibilidade nas políticas públicas.

Somente a partir do I Encontro Nacional sobre a População em Situação de Rua foi estabelecida como prioridade a produção de estudos de caracterização socioeconômica desse segmento (Natalino, 2016). Como resultado, foi publicada em 2009 a pesquisa Rua: aprendendo a contar, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o objetivo de qualificar os serviços de proteção social (Quiroga da Cunha e Rodrigues, 2009). O estudo abrangeu 71 municípios, com mais de 300 mil habitantes, e identificou 31.922 pessoas em situação de rua com mais de 18 anos. Embora não tenha buscado estimar o total nacional, segue sendo a principal fonte de dados sobre o tema (Natalino, 2016).

Em busca de suprir essa lacuna, os estudos de Natalino (2016; 2023) buscaram estimar, em escala nacional, o número de pessoas nessa condição. Desde 2013, As Secretarias Municipais de Assistência Social são obrigadas a comunicar ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), via Censo Suas, os dados sobre essa população e os serviços de acolhimento. Paralelamente, o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), desde 2010, passou a reconhecê-la como grupo específico, tornando-se importante fonte de informação.

A partir da consolidação dos dados municipais e seu tratamento estatístico, estimou-se que, em 2022, o Brasil contava com 281.472 pessoas em situação de rua. Constatou-se forte concentração nas regiões Sudeste e Sul (67,5%) e predominância em cidades de grande porte e metrópoles, com destaque para os 104.296 registrados nas primeiras (Natalino, 2023). Os dados também indicam um crescimento de 211% no



número de pessoas em situação de rua entre 2012 e 2022, refletindo desafios crescentes às políticas de segurança social, como acolhimento, atendimento socioassistencial, alimentação e acesso à saúde.

Apesar do avanço na inclusão dessa população no CadÚnico, os registros ainda permanecem defasados. Em 2022, o número de cadastrados era cerca de 30% inferior às estimativas (Natalino, 2023), revelando dificuldades no acesso aos serviços. Essa subnotificação foi também identificada pelo Relatório Técnico-Científico Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil (Dias, 2021), elaborado pela UFMG, que comparou dados do Plano Nacional de Vacinação (66.963 pessoas) com os do CadÚnico (160.097 pessoas em março de 2021).

O CadÚnico, como um dos poucos instrumentos de registro voltados a essa população, é essencial para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas (Dias, 2021). Seu fortalecimento, especialmente por meio de estratégias de busca ativa, é fundamental para ampliar a cobertura e fornecer dados sociodemográficos cruciais à construção de políticas efetivas.

A gestão do CadÚnico é compartilhada entre os entes federativos, cabendo ao município o papel central na coleta de dados e contato com os usuários. Contudo, conforme aponta Dias (2021), o sistema ainda carece de dados desagregados por município, o que dificulta o mapeamento preciso das trajetórias dessa população e limita a eficácia das ações públicas destinadas a ela.

4. Considerações finais

A análise desenvolvida neste trabalho evidenciou que a invisibilidade institucional da população em situação de rua no Brasil está fortemente relacionada à carência de dados sistematizados e à fragilidade dos mecanismos de registro e monitoramento adotados pelos órgãos públicos. A ausência dessa população nas principais fontes estatísticas nacionais compromete a formulação de políticas públicas eficazes e contribui para a perpetuação de sua exclusão social.

A pesquisa revelou que, embora existam avanços importantes, como a



incorporação da população em situação de rua no Cadastro Único e o monitoramento por meio do Censo Suas, ainda há discrepâncias significativas entre os dados estimados e os registros oficiais. Essa lacuna reforça a urgência de fortalecer instrumentos de busca ativa, ampliar a cobertura dos sistemas de informação e garantir a produção de dados desagregados e territorializados, fundamentais para o planejamento de ações integradas e intersetoriais.

Conclui-se, portanto, que o enfrentamento da invisibilidade institucional exige não apenas melhorias técnicas nos sistemas de coleta e tratamento de dados, mas também o reconhecimento político da legitimidade dessa população como sujeito de direitos. Nesse sentido, espera-se que este estudo contribua para o debate crítico sobre o direito à cidade, a justiça social e a democratização do acesso às políticas públicas.

Referências

DIAS, André Luiz Freitas (Org.). Dados referentes ao fenômeno da população em situação de rua no Brasil: relatório técnico-científico. Programa Polos de Cidadania, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2021. 140 p. ISBN 978-65-86750-01-0.

NATALINO, M. A. C. Estimativa da população em situação de rua no Brasil, Texto para Discussão, No. 2246, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2016.

NATALINO, M. A. C. Nota Técnica n. 73 (Disoc): Estimativa da população em situação de rua no Brasil (2012-2020). IPEA: Brasília, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2024.

QUIROGA DA CUNHA, J. V.; RODRIGUES, M. (Org.). Rua: aprendendo a contar – Pesquisa Nacional sobre a População de Rua. Brasília: MDS, 2009.